



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**

**ATA Nº 86/2025**

**Reunião do Grupo de Trabalho "GT9 – Igualdade de Gênero" com o Grupo de Atuação Especial no Combate aos Crimes Cibernéticos e aos Crimes praticados mediante o Uso de Tecnologias de Informação (GACCTI) e a Procuradora Regional da República responsável pelo PA-OUT 1.00.000.003659/2025-29.**

**1. Identificação da Reunião**

Data: 13/06/2025	Horário: 16h	Local: Videoconferência
------------------	--------------	-------------------------

**2. Participantes**

Nome	Representação ou cargo
------	------------------------

Dra. Márcia Morgado Miranda (PRR 2ª Região) - Coordenadora do GT9;  
 Dra. Priscila Costa Schreiner (PRR 1ª Região) - integrante do GT9;  
 Dra. Jaqueline Ana Buffon (PRR 6ª Região) - ofício especial GABOFGACCTI7;  
 Dra. Fernanda Teixeira Souza Domingos (PRR 1ª Região) - Coordenadora do Grupo de Atuação Especial no Combate aos Crimes Cibernéticos e aos Crimes praticados mediante o Uso de Tecnologias de Informação - GACCTI;  
 Dra. Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira (PRR 2ª Região) - Coordenadora-adjunta do GACCTI;  
 Carolina Paulino Tavares - Assessoria Multidisciplinar, PFDC.

**3. Memória de Reunião**

**1) Sobre o PA-OUT 1.00.000.003659/2025-29 CRIMINAL do Conselho da Europa:**

**Dra. Jaqueline** agradeceu a presença de todas e explicou o propósito do PA instaurado. Destacou a necessidade da reunião para traçar as primeiras diretrizes sobre como será o curso.

**Dra. Fernanda** informou sobre as linhas apresentadas no Curso pelo Equador com a parceria do Conselho da Europa. Sublinhou a possibilidade de compatibilizá-lo com o curso que será realizado no Brasil, com indicação da legislação específica brasileira e palestrantes internos, dentre outras sugestões de acréscimos para enriquecer o curso.

- O arquivo do curso realizado no Equador foi disponibilizado no whatsapp e encontra-se anexa à presente ata (em dois formatos: docx. e PDF).

**Dra. Jaqueline e Dra. Priscila** vão alinhar a análise e ver o que podem aplicar no curso a ser realizado no Brasil.

**Dra. Jaqueline** indicou a possibilidade de o curso ser feito em módulos presencial e on-line. Destacaram, todas, as atribuições do Ministério Público estadual sobre a temática da internet e sobre o campo de atuação do Ministério Público Federal.

Como palestrantes, sugeriram a Safernet e Denise Abad sobre violência de gênero.

**Dra. Jaqueline** comentou sobre o foco da temática em violência de gênero e questionou o campo de atuação, se seria mais restrito ou não a abarcar a violência doméstica.

**Dra. Priscila** sugeriu como foco preliminar para o curso os índices sugeridos e colocados no grupo do whatsapp, conforme segue:

*Acabam de ser lançados os dois volumes da minha obra “Violência de Gênero no Direito Penal Brasileiro”, exclusivamente em formato e-book pela Editora dos Tribunais! A proposta é direta e acessível, mas com base sólida em direitos humanos, Direito Internacional e jurisprudência da Corte Interamericana.*

*Volume I:*

- *Marcos internacionais e nacionais de proteção das mulheres*
- *Análise da Lei Maria da Penha*
- *Estudo do feminicídio (agora autônomo após a Lei nº 14.994/2024)*
- *Aumento de pena para lesão corporal no contexto doméstico*
- *Decisões atuais do STF, como a extensão da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos masculinos*

*Volume II:*

- *Violência sexual, psicológica, moral, política e digital*
- *Discussão sobre consentimento jurídico*
- *Impacto das deepfakes e IA (Lei nº 15.123/2025)*
- *Novas agravantes para crimes contra a honra por discriminação de gênero*

As participantes discutiram sobre a duração do curso.

**Dra. Neide** sugeriu o nome de Aline Borges casada com o advogado Ademar Borges como palestrante.

**Dra. Fernanda** sugeriu palestrante que tenha visão sobre atuação no Poder Judiciário e

nos Tribunais. Disse que a proposta teria de ser apresentada até setembro para a ESMPU.

**Dra. Priscila** pontuou a necessidade de tradução do material e colocou primeiro a verificação de a PFDC apresentar a tradução ou por meio da SCI.

**Dra. Jaqueline** indicou que separará o material e formalizar o pedido para o PFDC até 04/07/2025. Enquanto a PFDC realiza a tradução, indicou que será feita a análise dos demais materiais para o curso.

**Dra. Márcia** levantou a possibilidade de indicação de palestrante voltado à área de investigação, com foco em criança e adolescente.

**Dra. Priscila e Dra. Neide** indicaram a necessidade de também incluir a parte de módulo do curso voltado para violência eleitoral, em especial diante da modificação recente do Código Eleitoral, na parte de violência política de gênero que ocorre no âmbito eleitoral.

**Dra. Priscila** suscitou a necessidade de levantamento da legislações brasileiras que serão englobadas no curso.

As participantes ficaram de definir primeiro se vão abordar a legislação como módulo inicial introdutório e, inicialmente, online como pré-requisito, para somente depois, após o conhecimento prévio pelos participantes, será feito o módulo presencial.

**Dra. Márcia** sugeriu que cada painel posa conter uma pessoa e outra como contraponto.

**Dra. Fernanda** sugeriu a realização de tópicos destinados especificamente para procuradores e juízes, em especial a fim de abordar a preocupação de não revitimitizar a vítima.

**Dra. Márcia** solicitou à assessoria da PFDC o levantamento dos nomes que fizeram parte de evento anterior do GT Igualdade.

**Assessoria da PFDC** compartilhou o arquivo com a ata de evento anterior e indicou no chat os seguintes nomes: Rafaella Parca - Delegada da Polícia Federal - Coordenadora Nacional de Combate aos Crimes Cibernéticos relacionados ao abuso sexual infantil; Paula Domingues Botelho Reis de Nazaré (Membro auxiliar da Comissão da Infância, Juventude e Educação do CNMP); Renata Lúcia Mota de Oliveira Rivitti (Promotora de justiça do Ministério Público de São Paulo e membro colaboradora da Comissão da Infância Juventude e Educação do CNMP); e Luciana Rocha (Juíza Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça - CNJ) representando a Conselheira Renata Gil, supervisora da política judiciária de enfrentamento à violência contra as mulheres e coordenadora do Fórum Nacional da Infância e Juventude no CNJ.

**Dra. Jaqueline** pontuou a possibilidade de o curso ser primeiro online e somente depois ser presencial, com uma distancia curta entre o online e o presencial, de forma que os participantes não percam o histórico do estudo.

**Dra. Fernanda** reiterou a necessidade de construção desse curso tendo como parâmetro o

que já foi feito no Equador com a participação do Conselho da Europa.

**Dr. Márcia** destacou a possibilidade também de participação de membros da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Africana, para dar visibilidade. Considerou a possibilidade de primeiro apresentar essa sugestão ao conselho da ESMPU antes de apresentar o projeto consolidado à ESMPU.

Dra. Fernanda destacou a dificuldade de se fazer o curso de forma híbrida, em especial o custeio e o fato de os participantes não demonstrarem interesse.

**Dra. Jaqueline** sugeriu convidar os Ministérios Públicos estaduais para que indiquem dois membros representantes, com o custeio do próprio órgão, tendo em vista a capilaridade e por serem os multiplicadores da proposta.

**Dra. Márcia**, em relação à proposta de convite aos MPs estaduais, sugeriu a atuação do CNMP nesse caso para que eles sirvam como interlocutores.

**Dra. Jaqueline** acrescentou a necessidade de participação ativa o CNMP e também do CNJ.

**Dra. Fernanda** disse que a ESMPU somente paga para as pessoas se forem no máximo 4 (quatro) palestrantes. Sugeriu entrar em contato primeiro com Renata da ESMPU para verificar os formatos existentes.

**Dra. Jaqueline e Dra. Priscila** alinharam que vão marcar primeiro a reunião com a ESMPU, especialmente para ver os formatos existentes de participação do palestrante e possíveis para escolherem o formato e custeio.

## 2) Proposta de realizar projeto de educação digital específico para crianças nas escolas:

**Dra. Priscila** apresentou proposta de utilização das diretrizes do Projeto do Ministério Público pela Educação Digital nas Escolas, realizado inicialmente pela PFDC, para fazer um Projeto do MP pela Educação especificamente voltada para crianças. Pontuou que o enfoque seria violência de gênero, introduzindo a lei do minuto seguinte. Destacou o objetivo de capacitar professores com foco nessa violência. Sublinhou a existência de interlocução com a Safernet e a possibilidade de atuação em conjunto, com a participação efetiva.

**Dra. Neide** destacou a importância também de uma visão para os meninos.

As participantes concordaram com o enfoque e a importância da proposta.

**Dra. Priscila** considerou ainda uma forma de reaproximação do GCI (Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br).

**Dra. Priscila** solicitou à assessoria o envio do Projeto do MP pela educação. Salientou que marcará com Thiago reunião para traçar a possibilidade de realização de cinco encontros.

<b>4. Itens de Deliberação</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
Separação do material em outras línguas e formalização do pedido para a PFDC traduzir, inclusive por meio da SCI	Dra. Jaqueline	até 04/07/2025
Reunião prévia com a ESMPU (Renata) para verificar primeiro os formatos existentes de curso e de participação do palestrante possíveis, bem como os custos oferecidos pela ESMPU.	Dra. Jaqueline e Dra. Priscila	Imediato
Envio do projeto do MP pela Educação	ASSMULTI	Imediato
Reunião com a Safernet (Thiago) sobre a proposta de projeto do MP nas escolas para tratar sobre violência de gênero	Dra. Priscila	Sem data
<b>5. Fechamento da ata</b>		
<p>Brasília, na data da assinatura eletrônica.</p> <p style="text-align: center;"><b>MÁRCIA MORGADO MIRANDA</b> Procuradora Regional da República Coordenadora do GT "Igualdade de Gênero"</p> <p style="text-align: center;"><b>JAQUELINE ANA BUFFON</b> Procuradora Regional da República Titular do ofício GABOFGACCTI7</p> <p style="text-align: center;"><b>Carolina Paulino Tavares</b> Assessoria Multidisciplinar</p>		



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00217794/2025 ATA nº 86-2025**

.....  
Signatário(a): **MARCIA MORGADO MIRANDA**

Data e Hora: **18/06/2025 17:18:37**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **CAROLINA PAULINO TAVARES**

Data e Hora: **23/06/2025 14:57:00**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JAQUELINE ANA BUFFON**

Data e Hora: **23/06/2025 17:05:15**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8353ed6b.a815da1d.31c0a30a.74637045